

O “CHAPÉU” DO CRUESP

A reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o CRUESP, realizada no último dia 1º de junho, foi um fiasco. A postura intransigente e arrogante assumida pelos reitores nas campanhas de 1999 e 2000 foi reeditada com todas as letras. Daí, podemos dizer que houve reunião, sim, porém, mais uma vez, nada de negociação!

Esse clima começou a se evidenciar um pouco antes do início da reunião, quando os reitores declararam que não aceitariam a participação das entidades representativas dos estudantes. É bom lembrar que a pauta de reivindicações desta campanha foi construída a partir de longas discussões realizadas entre as entidades de docentes, funcionários e alunos, e contém treze pontos que incluem, além de questões salariais, bandeiras voltadas para a defesa e a expansão do sistema universitário público paulista. As entidades que se propuseram a participar da reunião, mesmo sem

a presença dos estudantes (apenas o Sintusp, respeitando deliberação da sua assembléia, não participou), apresentaram uma proposta de pauta que previa, em primeiro lugar, a negociação das questões não salariais. Nossa proposta foi sumariamente rejeitada pelos reitores, que foram taxativos: **propunham-se a discutir apenas os itens relativos, exclusivamente, ao índice e à política salarial.**

Ao referir-se ao 1º ponto da pauta, que trata do índice de reajuste, o prof. Hermano foi breve, aliás breve demais para uma reunião que deveria ser de negociação, fechando qualquer possibilidade de

diálogo. Mesmo pressionado pelo fato de que a arrecadação de ICMS havia superado todas as previsões em maio, reafirmou, de maneira incisiva e até imperial, que os 6% propostos pelo CRUESP representavam o limite possível para o momento e decidiu que passássemos para o próximo item, relativo à política salarial.

A proposta de política apresentada pelo Fórum foi basicamente a mesma definida no final da greve do ano passado que, em função do bom desempenho da arrecadação do ICMS, possibilitou

um reajuste de 24,5%. A famosa fórmula que embasava aquela proposta foi considerada “responsável”, uma vez que, se a arrecadação não crescesse, não haveria reajuste, mantendo-se os equilíbrios orçamentários das universidades. É bom lembrar que na reunião de São José dos Campos, realizada durante a greve de 2000, o Fórum apresentou uma proposta de política

salarial, que era traduzida por uma fórmula matemática que trabalhava com o excesso de arrecadação do ICMS. No decorrer da reunião, foi apresentada uma outra fórmula para expressar a proposta de política salarial, atribuída ao Prof. Hermano. O Fórum aperfeiçoou significativamente a fórmula através de negociação aceita, entre outros, pelo Prof. Hermano. Ao final, **a fórmula aprovada foi a elaborada a partir de proposta do Reitor da Unicamp, hoje Presidente do CRUESP, Prof. Dr. Hermano Tavares que, a exemplo de Fernando Henrique, esqueceu do que escreveu!!!**

É inadmissível que os reitores usem e abusem de possibilidades de crises futuras, para não aceitarem a continuidade de uma política salarial que nos dá a todos a tranquilidade responsável sobre nossos salários e sobre a viabilidade econômica da Universidade.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 07/06 (quinta-feira), às 12 horas, na Adunicamp

Pauta:

Avaliação do indicativo do Fórum das Seis sobre a Campanha Salarial

Ao receberem a proposta do Fórum, os reitores retiraram-se para estudá-la. Após uma reunião de, aproximadamente, uma hora, voltaram com o texto do Comunicado no. 03 – 03.06.2001. Para o CRUESP, prevaleceu o argumento que esgrime desde o início: em função da situação de instabilidade gerada pela crise energética, seria impossível implementar a política salarial reivindicada. O Cruesp manteve na íntegra o texto do comunicado anterior que propõe apenas, no que se refere à política salarial, reuniões mensais da Comissão de Acompanhamento e uma reunião com o Fórum das Seis em novembro. Portanto, os reitores não aceitaram discutir sequer um cronograma para os demais itens da pauta, sob o argumento de deveriam se concentrar apenas nos itens econômicos (1 e 2), e nestes não propuseram nem aceitaram qualquer proposta. **É o que podemos chamar de um “mega cha-**

péu” nas entidades e na comunidade acadêmica ali representadas.

É inadmissível que os reitores usem e abusem de possibilidades de crises futuras, para não aceitarem a continuidade de uma política salarial que nos dá a todos a tranquilidade responsável sobre nossos salários e sobre a viabilidade econômica da Universidade. Uma fórmula que trabalha apenas com o diferencial de crescimento do ICMS (realizado – previsto) traz embutidos todos os riscos de todas as crises imagináveis. Por que os reitores resistem a esta proposta? Não será por que as previsões sobre a evolução do ICMS não são catastróficas? Não será por que os reitores não elegeram como uma das prioridades o investimento nas pessoas que constroem as Universidades? Voltamos a perguntar: qual é a prioridade do Reitores?

Com a palavra, o CRUESP.

Resultado da Reunião do Conselho de Representantes

A reunião do Conselho de Representantes da Adunicamp, realizada ontem, dia 4 de junho, contou com a presença de 17 docentes representando 12 unidades. Foi feita uma avaliação da última reunião de negociação entre Fórum e Cruesp, ocorrida em 1º de junho, em que os reitores simplesmente reafirmaram os termos do penúltimo Comunicado CRUESP.

Os conselheiros aprovaram a proposta de realização de reuniões nas unidades, de concentração de esforços na mobilização e da convocação da Assembléia Geral na Adunicamp na próxima 5ª feira, dia 7 de junho, para avaliar o indicativo do Fórum das Seis.

Quando novembro chegar

O CRUESP propõe, no Comunicado nº 03 – 03.06.2001, uma reunião com o Fórum das Seis em novembro, dependendo do comportamento da arrecadação e da inflação.

Já vimos esse filme: em 99, havia também a promessa de rediscutir a questão salarial em novembro. Promessa que não foi cumprida. Deu greve em 2000.

Em função dessa experiência, a política salarial proposta pelo CRUESP torna-se uma questão de fé ou só pode ser aceita por quem acredita em HISTÓRIAS DA CAROCHINHA.

Moção de Repúdio

No último dia 25 de maio, um grupo de paramilitares invadiu a casa da Presidente das Mães da Praça de Maio, Hebe Bonafini, e golpeou selvagemmente sua filha Alexandra. O grupo era formado por três indivíduos jovens e armados, os quais, ao pior estilo dos grupos vinculados aos Serviços de Inteligência Argentino, espancaram a jovem, aplicaram-lhe a tortura chamada “bolsa”, e queimaram-lhe o corpo com cigarro.

Os assaltantes não roubaram nada e deixaram a casa proferindo ameaças contra as Mães da Praça de Maio.

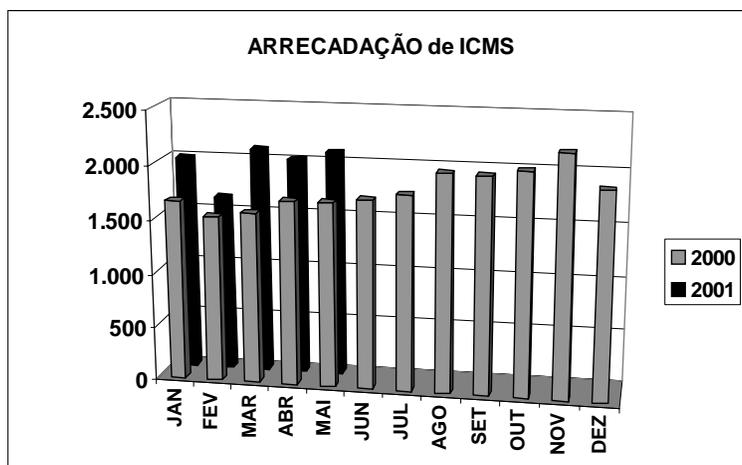
A Assembléia da Adunicamp, reunida no dia 29 de maio, manifestou seu veemente repúdio a esse ato fascista que consiste em mais uma ameaça à frágil democracia latino-americana.

Cresce a arrecadação e os reitores não cedem

As previsões da própria Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo sobre a evolução do ICMS apontam para um quadro longe da catástrofe que vem sendo divulgada pelos governos e pelas reitorias. Em maio, o ICMS ultrapassou todas as expectativas, mesmo as do Fórum: R\$ 2.091 bilhões, superando em 22,2% a arrecadação de maio de 2.000. O crescimento acumulado nos cinco primeiros meses deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, já é 19,7%.

Os dados apresentados acima, se traduzidos em orçamento das universidades, significam que, como o Fórum argumentou na reunião com o CRUESP, os recursos necessários para o pagamento do reajuste de 6% até dezembro já estão quase integralmente no caixa das universidades. Acrescente-se a esse quadro que as estimativas preliminares da Secretaria da Fazenda apontam a continuidade dessa tendência para o mês de junho. Portanto, a definição de um índice maior para o reajuste é plenamente viável.

O CRUESP bate, reiteradamente, na tecla do limite de comprometimento orçamentário com a folha de pagamentos. Neste sentido, cumpre destacar que uma análise rigorosa dos valores orçamentários comprometidos com as des-



pesas salariais indica que o atendimento às nossas reivindicações (13,5%) resultaria num percentual equivalente a 86,7% daquele total, desde que se desconsiderem os dispêndios artificiais incluídos na folha salarial – tal como o repasse da parte patronal ao IPESP. Portanto, a definição de uma política salarial concreta é não só viável como responsável e urgente. Administrar a Universidade com responsabilidade significa um comprometimento real com a qualidade de vida e do trabalho das pessoas que a ela se dedicam. Por que uma política salarial concreta e digna deste nome não se enquadra nos planos dos Reitores??

Boletim do

FORUM das seis

STU
Sintusp
Sintops
Sintusesp
Adunicamp
Adusp - S.Sind.
Adunesp - S.Sind.

EM DEFESA DA VERDADE DOS FATOS

O Comunicado CRUESP nº 03 de 03/06/2001 começa com a seguinte afirmação:

“Na reunião realizada em 1º de junho entre o CRUESP e o Fórum das Seis, após várias horas de debates, quando foram enfatizadas as grandes incertezas derivadas da crise de energia sobre o ICMS e a inflação, tornou-se clara a necessidade de informações precisas sobre a efetiva evolução macroeconômica...”

Não houve várias horas de debates a respeito da crise de energia e seus reflexos na arrecadação de ICMS e na inflação.

A quem duvidar, recomenda-se ouvir a fita

gravada pelo CRUESP durante a reunião.

De fato, o Presidente do CRUESP afirmou, sem argumentação de qualquer natureza, que não é possível aumentar o reajuste de maio, 6% é o limite. Perguntado, reiteradamente, a respeito da base contábil deste limite, não respondeu. Perguntou ao Fórum se este tinha uma proposta de política salarial e recebeu, por escrito, uma fórmula quase idêntica à do ano passado. O CRUESP solicitou um tempo para discuti-la e retirou-se para análise. Voltou uma hora depois. O Professor Hermano apresentou algumas considerações e passou o uso da palavra ao assessor da Reitoria da USP, Professor Hélio Nogueira da Cruz, que sintetizou a posi-

ção do CRUESP, apontando quatro pontos que taxou de “inaceitáveis” e que comprometiam estruturalmente a proposta. O Presidente do CRUESP disse, em seguida, que apresentaria a “proposta” do CRUESP de política salarial. Foi lido o documento e, em seguida, entregue à coordenação do Fórum. O teor deste documento está transcrito no Comunicado nº 03.

DESRESPEITO ÀS ENTIDADES

O CRUESP não respeitou sequer a independência e a autonomia de que desfrutam as entidades sindicais em seus estatutos e deliberações tiradas democraticamente em Assembléia da categoria; ao não aceitar a presença do estudante indicado pela Assembléia do SINTUSP para representá-la, em substituição de um diretor da entidade.

Outra forma de desrespeito é a negativa do CRUESP em discutir a totalidade da pauta apresentada, já que foi ponto de deliberações de nossas assembleias gerais.

POR UMA POLÍTICA SALARIAL: HÁ CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Absolutamente não procede a visão do CRUESP da impossibilidade de se definir hoje uma fórmula de política salarial como a proposta pelo Fórum. Ela se baseia no “excesso” de arrecadação, isto é, tudo o que supera a previsão da Secretaria da Fazenda, base dos orçamentos da UNESP e da USP. A UNICAMP fez sua própria previsão, desconsiderando as outras duas Universidades e somou quase R\$ 1,1 bilhões na revisão, efetuada em dezembro/2000, da previsão orçamentária da Secretaria da Fazenda. O Reitor da UNICAMP sequer apontou este fato como argumento para não aceitação por ele da fórmula proposta. De fato, a juízo do Fórum das Seis, nenhum dos argumentos elencados pelo Professor Hélio Nogueira da Cruz se sustenta.

O Fórum indica às Assembleias a aprovação da fórmula explicitada mais adiante.

Apesar da fórmula apresentada pelo Fórum se basear no “excesso” de arrecadação é bom lembrar que hoje há sobra de caixa. O comprometimento acumulado com folha salarial do repasse de ICMS das três universidades é de 81,8%, mesmo computando-se nas folhas as contribuições patronais ao IPESP que nenhuma universidade está recolhendo. O comprometimento real, que está abaixo de 80%, é extremamente confortável para as três universidades.

Ante a crueza de análise do CRUESP e a fraqueza do delineamento de sua “política salarial”, o CRUESP praticamente deu por encerrada a reunião.

Porisso reafirmamos que não é correta a afirmação: “... após várias horas de debates,...”

NÃO HOUE DEBATE ALGUM!

CRUESP EMPURRA ENTIDADES PARA A GREVE

O CRUESP está sondando nossas forças. A mobilização apesar de crescente até agora não foi capaz de sensibilizá-lo. O Fórum avalia que o CRUESP fechou unilateralmente as portas da negociação.

Para romper o impasse a única alternativa é uma forte mobilização nas três universidades. É essencial realizar assembleias numerosas que marquem massivamente a nossa posição. A inflexibilidade do CRUESP, a sua intransigência, a recusa em sequer analisar a proposta de política salarial do Fórum, pode levar as assembleias a quebrar o impasse aprovando o recurso à greve.

FÓRMULA DO FÓRUM DE POLÍTICA SALARIAL

$$p_1 = 0,85 \times 0,80 \times 0,0957 (I_{sim} - 22,397) / (8,33 F_6)$$

$$I_{sim} = I_1 + I_2 + I_3 + I_4 + I_5 + I_6 + 2(I_7 + I_8 + I_9)$$

$$p = \max(p_1, infla)$$

$$F_{10} = (1+p)F_9$$

F_n = folha salarial total das três universidades no mes n

infla = inflação de maio a setembro (1 de maio a 30 de setembro)

Em janeiro/2002 manutenção do poder Aquisitivo com os 20% do fundo de reserva